

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: PROPOSTA UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO INFANTIL PARA O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA-PR.

DOS SANTOS, Nathielly Kamilly¹

BANDEIRA, Gabriela²

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe o desenvolvimento arquitetônico de um espaço de acolhimento infantil no município de Cafelândia-PR, com foco na promoção do bem-estar físico, emocional e social de crianças em situação de vulnerabilidade. A proposta surge como resposta ao crescimento populacional causado pela migração de trabalhadores para a região e os consequentes desafios sociais enfrentados pelas famílias. A pesquisa fundamenta-se nos princípios da arquitetura biofílica e sensorial, priorizando a criação de um ambiente seguro, afetivo e funcional. O trabalho contempla uma análise histórica das instituições de acolhimento no Brasil, o papel do urbanismo na inserção desses espaços no tecido urbano e a aplicação de tecnologias construtivas compatíveis com a realidade local. A metodologia adotada inclui revisão bibliográfica, análise de estudos de caso e aplicação de diretrizes técnicas e sociais. O projeto final apresenta uma proposta arquitetônica sustentável, acessível e integradora, comprometida com o desenvolvimento infantil e a construção de uma comunidade mais inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço de acolhimento; Crianças; Arquitetura biofílica; Vulnerabilidade social; Urbanismo; Desenvolvimento infantil.

ARCHITECTURAL FOUNDATIONS: A PROPOSAL FOR A CHILDREN'S RECEPTION SPACE FOR THE MUNICIPALITY OF CAFELÂNDIA-PR.

ABSTRACT

This undergraduate thesis proposes the architectural development of a children's shelter in the municipality of Cafelândia-PR, focusing on promoting the physical, emotional, and social well-being of children in vulnerable situations. The proposal arises in response to the population growth caused by the migration of workers to the region and the consequent social challenges faced by families. The research is based on the principles of biophilic and sensory architecture, prioritizing the creation of a safe, affectionate, and functional environment. The work includes a historical analysis of caregiving institutions in Brazil, the role of urban planning in the integration of these spaces into the urban fabric, and the application of construction technologies compatible with local reality. The adopted methodology includes literature review, analysis of case studies, and application of technical and social guidelines. The final project presents a sustainable, accessible, and integrative architectural proposal, committed to child development and the construction of a more inclusive community.

¹ Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro FAG. E-mail: nksantos@minha.fag.edu.br

² Professora orientadora da presente pesquisa. E-mail: gabibandeira@fag.edu.br

KEYWORDS: Reception space; Children; Biophilic architecture; Social vulnerability; Urbanism; Child development.

1. INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional de crianças em situação de vulnerabilidade social é uma questão urgente e complexa, que demanda não apenas políticas públicas eficazes, mas também soluções arquitetônicas sensíveis e humanizadas. No município de Cafelândia-PR, o crescimento populacional acelerado, impulsionado pela migração de trabalhadores para a Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol), tem gerado desafios sociais significativos, entre eles a necessidade de estruturas adequadas para o acolhimento infantil.

Nesse contexto, a presente pesquisa propõe o desenvolvimento de um espaço de acolhimento infantil baseado nos princípios da arquitetura biofílica e sensorial, com o objetivo de oferecer um ambiente que vá além do abrigo físico. A proposta busca criar um espaço que proporcione segurança, conforto, estímulo ao desenvolvimento integral e sensação de pertencimento, respeitando as particularidades emocionais e sociais das crianças acolhidas.

A relevância do tema se justifica pela ausência de equipamentos públicos com essa finalidade no município e pela necessidade de oferecer respostas arquitetônicas que promovam a inclusão social, o bem-estar e o fortalecimento comunitário. Dessa forma, a arquitetura é compreendida como ferramenta ativa de transformação social, capaz de contribuir significativamente para a qualidade de vida das crianças e para a construção de uma cidade mais justa e acolhedora.

1.1 ASSUNTO / TEMA

A proposta de criação de um espaço de acolhimento infantil no município de Cafelândia-PR surge como resposta à necessidade de oferecer não apenas abrigo, mas um ambiente que promova o cuidado com o equilíbrio físico e emocional, o desenvolvimento pleno e a dignidade de vida das crianças em risco social. O desafio vai além da construção física — envolve a concepção de um espaço que seja funcional, acolhedor e sensível às necessidades emocionais e sociais da infância. Para isso, esta proposta baseia-se nos princípios da arquitetura e do paisagismo como ferramentas para garantir um ambiente seguro, estimulante e afetivo, integrando-se ao contexto urbano de forma sustentável e eficiente.

1.2 JUSTIFICATIVA

A construção de um espaço de acolhimento infantil em Cafelândia-PR se torna fundamental diante do aumento populacional ocasionado pela migração de trabalhadores para a Cooperativa Agroindustrial Consolata - Copacol. Esse crescimento populacional tem gerado uma série de desafios sociais, incluindo a vulnerabilidade de muitas famílias que, em razão das dificuldades econômicas ou problemas sociais, acabam perdendo a guarda de seus filhos. Nesse contexto, um Espaço de Acolhimento Infantil é de extrema importância para garantir a proteção, o acolhimento e o desenvolvimento adequado dessas crianças, proporcionando um ambiente seguro e estruturado, essencial para seu bem-estar e crescimento saudável.

1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O intenso movimento de pessoas gerado pela Copacol tem causado dificuldades socioeconômicas, resultando na perda de guarda dos filhos e aumentando a demanda por espaços de acolhimento infantil. A falta de uma estrutura adequada compromete o bem-estar e desenvolvimento das crianças em situação de risco, criando um desafio para a cidade. Como a construção de um espaço de acolhimento infantil pode promover o bem-estar dessas crianças e ajudar na integração da comunidade local?

1.4 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

A criação de um espaço de acolhimento infantil no município de Cafelândia-PR, fundamentado nos princípios da arquitetura biofílica e sensorial, tem como objetivo proporcionar um ambiente seguro, afetivo e estimulante para crianças em situação de vulnerabilidade social, favorecendo seu desenvolvimento integral — físico, emocional e social. A integração de elementos naturais e o estímulo sensorial no projeto arquitetônico irão facilitar a adaptação das crianças, proporcionando um espaço que favoreça o bem-estar, conforto e a tranquilidade. Esse ambiente contribuirá diretamente em uma experiência de acolhimento mais tranquila e integrada, auxiliando no seu crescimento saudável e, ao mesmo tempo, desempenhará um papel fundamental na formação de uma comunidade mais inclusiva e coesa, em meio às transformações demográficas e culturais da cidade.

1.5 OBJETIVO GERAL

A pesquisa tem como objetivo principal, a proposta projetual de um espaço de acolhimento infantil com uma arquitetura biofílica e sensorial em Cafelândia-PR.

1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar pesquisa bibliográfica e levantamento teórico sobre arquitetura biofílica, sensorial e projetos de acolhimento infantil;
- Selecionar o terreno adequado para a construção do espaço de acolhimento infantil em Cafelândia-PR;
- Desenvolver espaços que integrem elementos biofílicos e sensoriais para promover o bem-estar das crianças;
- Priorizar o conforto térmico, acústico e luminoso nos ambientes internos para garantir um espaço confortável e saudável para as crianças;
- Apresentar uma proposta arquitetônica que atenda às necessidades das crianças em situação de vulnerabilidade social, promovendo um ambiente seguro e integrador;
- Pesquisar soluções arquitetônicas e projetuais correlatas a espaços de acolhimento infantil em contextos semelhantes;
- Incorporar soluções que favoreçam a integração cultural das crianças e suas famílias, respeitando as diversidades trazidas pela migração para a cidade.

1.7 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O desenvolvimento deste Trabalho de Curso será orientado por um conjunto de métodos e abordagens que visam assegurar uma investigação fundamentada e estruturada. A principal abordagem metodológica será a pesquisa bibliográfica, que se constitui em um estudo que visa compilar e analisar teorias, conceitos e reflexões sobre um tema específico. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é essencial para fornecer o embasamento teórico necessário à pesquisa, permitindo ao pesquisador compreender o estado atual do conhecimento sobre o tema e identificar

lacunas a serem exploradas. Além disso, essa abordagem facilita a contextualização do problema e a fundamentação das hipóteses a serem investigadas.

A pesquisa bibliográfica será complementada por uma análise de artigos científicos, que, conforme Moraes (2003), são peças essenciais para a atualização do conhecimento sobre um tema, oferecendo um relato sucinto dos resultados de estudos mais recentes. Os artigos têm a vantagem de trazer informações objetivas, precisas e diretamente ligadas a um problema de pesquisa específico, o que permite um entendimento profundo e detalhado dos avanços sobre o assunto. Estes artigos servirão como fontes primárias de dados, além de contribuírem para a construção das hipóteses do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho fundamenta-se na análise crítica dos espaços de acolhimento infantil, considerando suas bases históricas, abordagens pedagógicas, teorias urbanísticas e princípios arquitetônicos que influenciam sua concepção. Ao contextualizar a evolução dos equipamentos sociais voltados à infância no Brasil e no mundo, busca-se compreender como as transformações sociais, as políticas públicas, os modelos de assistência e as diretrizes arquitetônicas moldaram os espaços destinados ao cuidado, proteção e desenvolvimento de crianças em situação de vulnerabilidade.

Além do aspecto histórico e social, o estudo também abrange questões técnicas e funcionais, como tipologias espaciais voltadas à infância, conforto ambiental, acessibilidade, segurança, integração paisagística e princípios bioclimáticos, fundamentais para a criação de espaços que estimulem tanto o bem-estar físico quanto o emocional das crianças. Nesse contexto, a arquitetura e o paisagismo são compreendidos como ferramentas ativas de acolhimento, estimulação sensorial, ludicidade e pertencimento.

Por fim, os espaços de acolhimento infantil são analisados também em sua dimensão urbana, considerando seu papel na estruturação do território, na valorização da infância como prioridade social e na promoção de equidade socioespacial. A proposta busca contribuir com uma reflexão crítica sobre como a arquitetura pode apoiar políticas públicas de proteção social por meio da criação de espaços mais inclusivos, humanos e adequados ao desenvolvimento infantil.

2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS

1.1.1 A História do Abandono Infantil no Brasil e as Instituições de Acolhimento

O abandono infantil no Brasil é um fenômeno multifatorial, cujas causas estão profundamente relacionadas às desigualdades socioeconômicas, à falta de políticas públicas eficazes e à fragilidade das estruturas familiares. Durante muitos anos, a falta de suporte social e financeiro foi uma das principais razões para o abandono infantil, especialmente em famílias de baixa renda, onde a pobreza extrema e a violência doméstica dificultavam o atendimento das necessidades essenciais das crianças, como alimentação, educação e proteção. Além disso, a negligência e os maus-tratos foram fatores determinantes para que muitas crianças fossem deixadas à própria sorte ou entregues a instituições que as acolheriam temporariamente. (GONÇALVES, 2010).

Nos séculos XVIII e XIX, durante o período colonial e imperial, a ausência de uma rede de proteção familiar e estatal fez com que muitas crianças fossem abandonadas nas ruas ou entregues a instituições como as Santas Casas de Misericórdia, que operavam a chamada "roda dos expostos". Este mecanismo institucional, embora tenha sido uma resposta à crescente demanda por abrigos, não resolvia o problema do abandono, pois as crianças eram muitas vezes acolhidas em condições precárias, sem perspectiva de reintegração familiar. O abandono, nesse período, estava fortemente relacionado à exploração social, à visão utilitarista de infância e à falta de um sistema de acolhimento que priorizasse o desenvolvimento afetivo e a educação das crianças. (GONÇALVES, 2010).

A criação de instituições de acolhimento, como os orfanatos e abrigos, passou a ser vista como uma solução temporária para o problema do abandono infantil, mas esses lugares muitas vezes ofereciam um ambiente disciplinar e despersonalizado. A mudança de perspectiva sobre as crianças institucionalizadas se deu mais tarde, com a evolução do entendimento sobre os direitos da infância e a consciência crescente da importância do afeto e da convivência familiar. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, marcou um marco na política pública de acolhimento, estabelecendo que as crianças têm direito a uma convivência familiar e comunitária, e não a um isolamento institucionalizado. No entanto, a transição para esse novo modelo foi gradual e apresentou desafios, pois a cultura institucionalizada de abrigar crianças, muitas vezes sem uma perspectiva de reintegração familiar, ainda prevalecia. (SILVA; AQUINO, 2008).

Historicamente, as instituições de acolhimento no Brasil passaram por um processo de transformação. No início, muitas dessas casas eram voltadas para o isolamento das crianças da sociedade, sem considerar suas necessidades afetivas e de desenvolvimento psicossocial. Com o

tempo, houve uma crescente conscientização de que o acolhimento institucional não deveria ser uma solução definitiva, mas sim uma medida provisória enquanto a criança não podia ser reintegrada à sua família ou inserida em um novo contexto familiar. O trabalho de "pais sociais" foi uma tentativa de humanizar o atendimento às crianças, mas muitas dessas instituições ainda carecem de uma estrutura adequada para atender ao pleno desenvolvimento infantil. Além disso, é preciso destacar que as mudanças nas políticas públicas de acolhimento refletiram uma crescente preocupação com o bem-estar da criança e com a necessidade de respeitar seus direitos fundamentais. (RODRIGUES, 2007).

A Roda dos Expostos, que era uma prática comum nas instituições no Brasil colonial e imperial, também ilustra o cenário histórico do abandono infantil. As crianças eram deixadas nessa roda, onde eram acolhidas pelas instituições sem nenhum acompanhamento familiar, um processo que só foi extinto no início do século XX. Esse modelo evidenciava uma visão de acolhimento que desconsiderava a importância de laços afetivos duradouros e um ambiente familiar estável para o desenvolvimento infantil. A prática da roda dos expostos foi um reflexo da incapacidade da sociedade de lidar com as questões do abandono e da falta de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social. (GONÇALVES, 2010).

Ao longo do tempo, as instituições passaram a reconhecer que a convivência em família é um direito essencial para o desenvolvimento pleno das crianças, o que motivou a adoção de novos modelos de acolhimento mais próximos da realidade familiar. O apoio a famílias extensas e a promoção de adoções com acompanhamento contínuo passaram a ser práticas mais frequentes. A desinstitucionalização, portanto, não se deu apenas no sentido de diminuir o número de crianças abrigadas, mas também no de dar maior suporte à reintegração familiar, ou até mesmo a adoção passou a ser vista como uma alternativa preferencial em vez do acolhimento institucional prolongado. Essas mudanças foram fundamentais para a construção de um modelo de acolhimento mais humanizado e focado no retorno ao ambiente familiar. (SILVA; AQUINO, 2008).

Um dos aspectos mais importantes na concepção de um espaço de acolhimento infantil de acolhimento infantil é garantir que a criança mantenha ou restabeleça seus vínculos familiares. De acordo com a Lei nº 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que as crianças têm direito a uma convivência familiar e comunitária, sendo o acolhimento institucional uma medida provisória. (BRASIL, 1990).

Assim, o design arquitetônico do espaço de acolhimento infantil deve promover a reintegração social e a convivência em comunidade, sem que as crianças sejam isoladas em espaços fechados ou distantes da sociedade. O espaço de acolhimento infantil, portanto, deve ser planejada

para garantir que as crianças não percam seus laços com a comunidade e seus familiares, quando possível. (SILVA; AQUINO, 2008).

A garantia da privacidade e dignidade das crianças é um princípio fundamental no projeto de qualquer instituição de acolhimento. O espaço de acolhimento infantil deve ser projetado de forma a respeitar os direitos individuais, assegurando que as crianças possam se expressar livremente e ter seus sentimentos e pensamentos respeitados pelos educadores e demais profissionais. (GONÇALVES, 2010).

O espaço deve ser confortável e promover a sensação de pertencimento, considerando que o acolhimento institucional não deve ser vivido como uma punição, mas como uma oportunidade de reconstrução de um futuro saudável e promissor. O respeito à dignidade da criança deve ser garantido tanto nas instalações quanto no tratamento e acompanhamento oferecido por profissionais da instituição. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2009).

2.1 METODOLOGIAS DE PROJETO

2.1.1 Características na forma de projetar

O espaço de acolhimento infantil visa oferecer um ambiente seguro, acolhedor que promova o desenvolvimento completo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou abandono. O projeto arquitetônico de um espaço de acolhimento infantil deve ser elaborado com base em diretrizes que garantam a convivência familiar e comunitária, além de atender às necessidades básicas dos acolhidos, conforme as normas e regulamentos estabelecidos. (BRASIL, 2009).

A estrutura de um espaço de acolhimento infantil deve contemplar ambientes adequados para as atividades diárias das crianças e adolescentes, respeitando tanto o espaço físico quanto as necessidades emocionais e educacionais. A arquitetura precisa respeitar critérios de conforto, praticidade e proteção. O espaço de acolhimento infantil deve ser composto por quartos que assegurem o direito à privacidade dos acolhidos. A recomendação é que cada quarto abrigue até quatro crianças ou adolescentes, de forma a garantir espaço pessoal e aconchegante. (BRASIL, 2009).

É importante que os ambientes residenciais sejam adequados para o descanso e a recuperação das crianças, com móveis adequados ao porte e à idade dos usuários. A presença de áreas comuns como salas de estar e de refeição deve favorecer a convivência em comunidade, mas

sem sobrecarregar o espaço privado de cada criança. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2009).

A cozinha precisa estar dimensionada para atender à quantidade de crianças acolhidas, contando com equipamentos e utensílios apropriados para o preparo das refeições. Uma alimentação equilibrada, aliada à interação nas refeições, é essencial para o crescimento físico e o desenvolvimento social das crianças. O refeitório deve ser um ambiente amplo, capaz de acomodar todos os moradores, e garantir momentos de interação e integração social entre as crianças e os educadores. (GONÇALVES, 2010).

O espaço de acolhimento infantil deve possuir salas de atividades e espaços destinados ao desenvolvimento educacional, recreativo e terapêutico. De acordo com a legislação brasileira, a arquitetura do espaço deve propiciar o acesso a atividades pedagógicas e culturais que favoreçam a aprendizagem e o bem-estar. (BRASIL, 2011).

Esses ambientes devem ser bem iluminados e ventilados, com mobiliário adequado para atividades didáticas e recreativas, promovendo o desenvolvimento intelectual e social das crianças e adolescentes. O espaço de acolhimento infantil deve ser projetado para possibilitar que as crianças participem de atividades educacionais que favoreçam seu desenvolvimento integral e sua socialização, respeitando sempre as necessidades de cada faixa etária. (SILVA; AQUINO, 2008).

2.2 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

2.2.1 O Urbanismo e a relação com um espaço de acolhimento infantil

No contexto do urbanismo, é essencial garantir que os espaços de acolhimento infantil estejam localizadas em áreas seguras, com infraestrutura adequada para proporcionar uma vida digna e tranquila às crianças em acolhimento. De acordo com Silva e Aquino (2008), o urbanismo pode influenciar diretamente o bem-estar das crianças acolhidas, pois a localização dos espaços de acolhimento infantil em áreas de risco, como periferias ou regiões com altos índices de violência, pode prejudicar o processo de adaptação e desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, a segurança física e emocional das crianças deve ser uma prioridade no planejamento urbano, e os espaços de acolhimento infantil devem estar inseridos em contextos urbanos que garantam a proteção das crianças e adolescentes. (SILVA; AQUINO, 2008).

Além da segurança, o urbanismo tem um papel importante na criação de espaços urbanos que incentivem a convivência comunitária e a inclusão social das crianças. O artigo "Criar o

Urbanismo" (PUC Campinas, 2019), destaca que as crianças em situação de acolhimento devem ter a oportunidade de frequentar espaços públicos como praças, escolas e centros culturais, onde possam desenvolver atividades recreativas e educacionais. O planejamento urbano deve, portanto, garantir que os espaço de acolhimento infantil estejam próximas a esses espaços, proporcionando a integração das crianças com a vida social e comunitária. A convivência em espaços urbanos adequados contribui significativamente para o desenvolvimento físico, social e emocional das crianças, permitindo que elas tenham acesso a uma educação de qualidade e interajam com outras crianças. (PUC CAMPINAS, 2019).

2.3 TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

2.3.1 Alvenaria convencional

A NBR 1052 afirma que o conjunto construtivo formado de concreto armado em sua estrutura, com a vedação de blocos cerâmicos assentados com argamassa chama-se alvenaria. Esse conjunto sólido e unido de materiais é conhecido como alvenaria convencional. (FLORES, 2023).

Segundo Vasques e Pizzo (2014), o sistema tradicional é formado por pilares, vigas e lajes, com o preenchimento dos vãos realizado por blocos cerâmicos que atuam como elementos de vedação. Na construção de pilares e vigas além do concreto são utilizados aço estrutural para resistência à tração e madeira para execução das formas dos elementos, já as cargas da edificação são distribuídas nas lajes, vigas, pilares e fundações. O revestimento também é necessário ao sistema, sendo executado com emboço, reboco e pintura posteriormente.

Este sistema construtivo possui vantagens como a boa durabilidade e resistência a altas temperaturas, impactos e além de os materiais utilizados serem encontrados com mais facilidade nas redondezas da obra. (KLEIN; MARONEZI, 2013).

3. CORRELATOS

Este capítulo abordará três projetos que serão utilizados como referência para a elaboração de uma proposta de espaço de acolhimento infantil no município de Cafelândia-PR. O objetivo é fornecer uma base sólida para a compreensão do tema, do programa de necessidades, dos acessos, dos fluxos e da infraestrutura, além de servir como suporte teórico para a análise dos aspectos

formais, funcionais e estruturais dessas edificações voltadas ao acolhimento e desenvolvimento infantil.

3.1 ESCOLA INFANTIL E CENTRO DE LAZER ELSA TRIOLET

A Escola Infantil e Centro de Lazer Elsa Triolet (Figura 01), projetada pelo escritório Richter Architectes, está localizada em Mitry-Mory, na região metropolitana de Paris, França, e foi concluída no ano de 2023. O projeto contempla a implantação de uma escola infantil e um centro de lazer comunitário, integrando atividades pedagógicas e recreativas para o desenvolvimento infantil. (RICHER ARCHITECTES, 2025).

Figura 01: Fachada Escola Infantil e Centro de Lazer Elsa Triolet



Fonte: ARCHDAILY, 2024.

3.1.1 Aspectos funcionais

O conceito funcional da escola destaca-se pela organização funcional que prioriza o bem-estar e a segurança das crianças, aspectos fundamentais para qualquer espaço dedicado à infância. Funcionalmente, a edificação é concebida para otimizar os fluxos internos e externos, garantindo circulação fluida e segura entre as diversas áreas de aprendizado, lazer e descanso. Os ambientes são distribuídos de forma clara e intuitiva, facilitando o acompanhamento dos educadores e o deslocamento das crianças, respeitando as necessidades de diferentes faixas etárias. (RICHER ARCHITECTES, 2024).

O projeto também enfatiza a integração dos espaços internos com o ambiente externo, promovendo uma relação direta com áreas verdes e zonas de lazer, o que contribui para o desenvolvimento físico e social das crianças. As salas são planejadas para serem flexíveis, adaptando-se a diversas atividades pedagógicas, enquanto as áreas comuns são pensadas para incentivar a interação e a convivência. (RICHER ARCHITECTES, 2024).

3.1.2 Aspectos formais

Sua volumetria é marcada por uma composição fragmentada que remete à escala de uma vila, estratégia que promove uma leitura mais acolhedora do edifício e favorece a apropriação do espaço pelas crianças. O conjunto arquitetônico cria pátios internos protegidos, promovendo segurança, liberdade de movimento e conexão com o exterior — valores fundamentais para ambientes destinados à infância. (RICHER ARCHITECTES, 2024).

3.1.3 Aspectos estruturais

Em termos estruturais, o edifício é composto por um sistema de pilares e vigas de concreto armado, que possibilita grandes vãos livres entre os ambientes, reduzindo a necessidade de paredes internas estruturais e permitindo maior liberdade na distribuição dos espaços internos. Essa característica é essencial para a flexibilidade funcional do edifício, além de facilitar a circulação e supervisão das crianças. O uso do concreto armado garante resistência e durabilidade. A estrutura também incorpora soluções para isolamento térmico e acústico, através do emprego de elementos construtivos que melhoram o conforto ambiental interno. A robustez da estrutura, aliada a essas características, permite uma boa performance energética e contribui para a sustentabilidade do projeto. (RICHER ARCHITECTES, 2024).

3.2 CASA HORIZONTE

A Casa Horizonte (Figura 02) é uma residência costeira projetada pelo escritório de arquitetura InForm, localizada na Mornington Peninsula, na Austrália. Concluída em 2024, a casa foi concebida para maximizar sua posição privilegiada na encosta, oferecendo vistas panorâmicas da Baía de Port Phillip. (ARCHDAILY, 2024).

Figura 02: Casa Horizonte



Fonte: (ARCHDAILY, 2024)

3.2.1 Aspectos funcionais

O conceito funcional destaca-se pela organização funcional que prioriza a integração entre os espaços internos e externos, voltada para o conforto, a praticidade, com partido definido pela separação clara entre os ambientes sociais e íntimos, promovendo uma experiência de convivência fluida e conectada à paisagem. Uma das principais estratégias funcionais adotadas é a planta em níveis distintos, onde o térreo abriga a suíte principal — proporcionando acessibilidade e privacidade — enquanto o pavimento superior concentra os quartos adicionais e uma sala de jogos, ideal para acomodar diferentes dinâmicas familiares ou visitas. Essa setorização bem definida permite a organização dos fluxos e promove independência entre os usos. (ARCHDAILY, 2024).

3.2.2 Aspectos formais

Formalmente apresenta uma composição marcada pela simplicidade volumétrica, linhas horizontais e uma clara relação com a paisagem costeira. A linguagem arquitetônica da residência valoriza a horizontalidade do terreno e a vista panorâmica da baía, elementos que definem a forma e a orientação do edifício. A forma da casa é composta por volumes retangulares sobrepostos, com um jogo equilibrado entre cheios e vazios. O destaque formal está na varanda em balanço, que se projeta no pavimento superior, criando sombra e abrigo para a área social térrea, ao mesmo tempo

em que define a identidade visual da construção. Esse gesto formal também reforça a leveza da estrutura e sua abertura para a paisagem. (ARCHDAILY, 2024).

3.2.3 Aspectos estruturais

A estrutura da residência adota uma abordagem que valoriza a simplicidade e a funcionalidade. A estrutura principal é composta por elementos de alvenaria pintada, um clássico das casas de praia Australianas, que conferem robustez e durabilidade à edificação. A implantação da casa foi cuidadosamente planejada para aproveitar as características do terreno, com uma volumetria linear que se adapta à topografia. Em termos de eficiência energética, o projeto incorpora amplas aberturas envidraçadas que permitem a entrada de luz natural e favorecem a ventilação cruzada, reduzindo a necessidade de iluminação artificial e promovendo o conforto térmico. Além disso, o uso de materiais naturais, como madeira, contribui para a sensação de acolhimento e bem-estar dos ocupantes. (ARCHDAILY, 2024).

3.3 CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL CUNA DE CAMPEONES

Projetado pelo escritório Espacio Colectivo Arquitectos, o Centro de Desenvolvimento Infantil Cuna de Campeones está situado em Siloé, Cali – Colômbia, e teve sua obra concluída em 2022. Essa proposta integra uma política pública voltada à inclusão social e urbana, buscando criar um espaço acolhedor e estimulante que contribua para o pleno desenvolvimento infantil desde a primeira infância. (ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS, 2023).

Figura 03: Centro de Desenvolvimento Infantil Cuna de Campeones



Fonte: (ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS, 2023)

3.3.1 Aspectos funcionais

Funcionalmente o projeto se destaca pela setorização clara dos ambientes e pela criação de pátios internos interligados, organizados ao redor de um eixo de circulação que conecta espaços pedagógicos, recreativos e administrativos. Essa configuração promove circulação fluida, interação entre ambientes internos e externos, e facilita o monitoramento das crianças. A integração com o terreno em declive, através de rampas, escadas e variações de níveis, enriquece a experiência espacial. Além disso, oferece áreas sombreadas ao ar livre, espaços amplos para brincadeiras e salas com ventilação cruzada e iluminação natural, essenciais para conforto em climas quentes. (ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS, 2023).

3.3.2 Aspectos formais

No que diz respeito à volumetria, o projeto apresenta uma composição formal que integra simplicidade volumétrica, referências culturais locais e interação com o contexto urbano. O projeto se caracteriza por volumes retangulares compactos, elevados sobre uma colunata que cria um espaço de transição e proteção entre o público e o privado, conferindo leveza e simbolismo arquitetônico. A fachada em concreto pré-fabricado funciona como proteção solar e referencia técnicas locais, enquanto cores vibrantes trazem dinamismo e identidade. A implantação respeita o terreno em declive, com rampas e escadas que conectam os níveis e valorizam a integração com o entorno. Elementos como claraboias coloridas e espaços abertos reforçam a atmosfera lúdica e acolhedora, essenciais para o público infantil. (ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS, 2023)

3.3.3 Aspectos estruturais

Do ponto de vista estrutural, o projeto é baseado em pilares de concreto que elevam a edificação sobre pilotis, criando um espaço público coberto e protegendo contra umidade e alagamentos. As paredes de alvenaria de blocos oferecem isolamento térmico e acústico, além de serem econômicas e fáceis de manter. A combinação desses materiais garante resistência, durabilidade e flexibilidade para futuras adaptações. Elementos estruturais são integrados a estratégias passivas, como ventilação cruzada, claraboias e fachadas vazadas, que melhoram o conforto térmico e reduzem o uso de climatização artificial. (ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS, 2023)

3.4 RELAÇÃO DOS CORRELATOS COM A PROPOSTA

A análise dos projetos correlatos foi fundamental para embasar e guiar as diretrizes desta proposta, auxiliando na tomada de decisões relacionadas às questões funcionais, estruturais e formais. Cada referência foi cuidadosamente escolhida por apresentar soluções específicas que dialogam diretamente com os objetivos do espaço de acolhimento infantil, buscando promover o bem-estar, o desenvolvimento e a qualidade de vida das crianças em Cafelândia-PR.

O Centro de Desenvolvimento Infantil Cuna de Campeones foi adotado como exemplo na análise dos aspectos funcionais do projeto. Uma de suas contribuições se refere a integração de diferentes funções em uma organização espacial clara e eficiente, com setorização definida dos ambientes, múltiplos pátios internos interligados e um eixo de circulação que conecta os espaços pedagógicos, recreativos e administrativos. Essa estrutura funcional permite circulação fluida, promove a interação entre espaços internos e externos, e facilita o monitoramento das crianças, características essenciais para um espaço de acolhimento infantil.

A referência à Casa Horizonte foi adotada com foco na questão estrutural, especialmente devido apresentar uma abordagem estrutural que alia simplicidade, robustez e adaptação ao contexto local, com estrutura principal em alvenaria confere durabilidade e resistência, se destaca a soluções que garantem conforto térmico e iluminação natural, por meio de amplas aberturas que favorecem a ventilação cruzada e a entrada de luz. Além disso, o uso de materiais naturais, como a madeira, reforça a atmosfera acolhedora, fundamental para promover o bem-estar das crianças. Entregando dessa forma soluções construtivas simples, eficientes e de baixo custo, garantindo segurança, conforto ambiental e facilidade de manutenção — aspectos indispensáveis para projetos públicos.

Já o projeto Escola Infantil e Centro de Lazer Elsa Triolet, foi utilizado como referência para a questão formal por sua abordagem sensível à infância e por integrar de maneira harmoniosa estética, funcionalidade e sustentabilidade. Sua volumetria se destaca por uma composição fragmentada, que cria pátios internos voltados à convivência e à interação entre as crianças. Entre os principais princípios formais aplicados, destacam-se a criação de espaços afetivos e acolhedores, a forte integração com a paisagem natural e o uso consciente de materiais naturais. Esses elementos não apenas reforçam a sensação de aconchego, fundamental para o público infantil, como também contribuem significativamente para o desempenho térmico e acústico da edificação.

4. DIRETRIZES PROJETUAIS

4.1 Contextualização urbana e sítio de implantação

O projeto será implantado no município de Cafelândia-PR (Figura 04), localizado na região Oeste do estado. Diante das transformações demográficas recentes impulsionadas pela Copacol, o município de Cafelândia-PR enfrenta novos desafios sociais, especialmente em relação ao cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, torna-se urgente a criação de um espaço de acolhimento que proporcione proteção e favoreça o desenvolvimento integral dessas crianças. A escolha do terreno considera fatores como a acessibilidade, a infraestrutura urbana existente e a proximidade com equipamentos públicos essenciais, levando em conta a possibilidade de integração com a malha urbana consolidada, facilitando o acesso das crianças e das equipes de apoio, bem como a articulação com serviços sociais, de saúde e educação. Essa localização busca fortalecer o papel do espaço de acolhimento infantil como um ponto de inclusão e pertencimento, evitando o isolamento físico e social das crianças em situação de vulnerabilidade.

Figura 04: Cafelândia – Paraná - Brasil



Fonte: NERD PROFESSOR, 2025

O terreno selecionado (Figura 05) está localizado em uma área urbana consolidada do município de Cafelândia, localizado na Rua Dr. Plínio Costa com a Rua Mal. Rondon. A região apresenta características residenciais e de fácil acesso, com infraestrutura urbana existente e

próxima a serviços essenciais, ao lado da Câmara Municipal de Cafelândia, próximo a escola Municipal Theofaio A. Maltezo e Colégio Estadual Alberto Santos Dumont. O fato de o terreno estar inserido em um setor estruturado da cidade reforça sua importância estratégica, pois facilita a integração com a comunidade e o acesso das crianças e das equipes de atendimento.

Figura 05: Terreno escolhido para desenvolvimento do projeto



Fonte: GOOGLE EARTH (2025)

De acordo com consulta realizada ao Mapa de Zoneamento Urbano do município de Cafelândia-PR, regulamentado pela Lei Municipal nº 1.643/2019, foi identificado que o terreno selecionado para implantação do projeto está inserido em duas zonas distintas: Corredor de Comércio e Serviços 1 (CCS1) e Zona Residencial 2 (ZR2). Com base nessa classificação, aplicam-se os seguintes índices urbanísticos ao lote:

- Zona CCS1 (Corredor de Comércio e Serviços 1):
 - Coeficiente de aproveitamento: 4,0
 - Taxa de ocupação: 90%
 - Taxa de impermeabilização: 90%
 - Altura máxima: 6 pavimentos
 - Recuo frontal: 5 metros
 - Recuo lateral: 3 metros

- Recuo de fundos: 3 metros
- Zona ZR2 (Zona Residencial 2):
 - Coeficiente de aproveitamento: 1,5
 - Taxa de ocupação: 80%
 - Taxa de impermeabilização: 90%
 - Altura máxima: 4 pavimentos
 - Recuo frontal: 5 metros
 - Recuo lateral: 3 metros
 - Recuo de fundos: 3 metros

Conforme Mapa de Zoneamento Urbano podemos considerar uma faixa de aproximadamente 20 metros de profundidade voltada para a rua principal como CCS1 (isso é comum para corredores de comércio), dessa forma zona CCS1 área de 2.115,00 m² e zona ZR2 área de 4.227,48 m², totalizando uma área de 6.342,48 m².

Considerando os coeficientes de aproveitamento estabelecidos para cada zona — 4,0 para CCS1 e 1,5 para ZR2 —, a área construída máxima permitida para a parte frontal (2.115,00 m²) é de 8.460,00 m², enquanto para a parte posterior (4.227,48 m²) é de 6.341,22 m². Dessa forma, respeitando os parâmetros de cada zona, o total permitido de área construída no terreno é de aproximadamente 14.801,22 m².

Para determinar a área máxima permitida para ocupação aplicam-se as taxas de ocupação específicas de cada zona. Na Zona CCS1 (2.115,00 m²) taxa de ocupação de 90%, a área máxima ocupada corresponde a 1.903,50 m². Já na Zona ZR2 (4.227,48 m²) taxa de ocupação de 80%, a área máxima permitida é de 3.381,98 m². Somando-se essas áreas, chega-se ao total máximo permitido para ocupação de 5.285,48 m².

Para o cálculo da área mínima permeável em cada zona é estabelecido na zona CCS1 (área de 2.115,00 m²) taxa de permeabilidade de 10%, sendo assim a área permeável mínima exigida é de 211,50 m². Na Zona ZR2, (área de 4.227,48 m²) a mesma taxa resulta em uma área permeável mínima de 422,75 m². Somando esses valores, o total mínimo exigido de área permeável para o terreno é de 634,25 m².

4.2 Fundamentos da proposta arquitetônica

A proposta baseia-se em fundamentos interdisciplinares da arquitetura, considerando aspectos históricos, metodológicos, urbanísticos e tecnológicos, a fim de assegurar uma abordagem projetual sensível, funcional e socialmente comprometida. Possui princípios de inclusão social, bem-estar e sustentabilidade. Inspirada na arquitetura biofílica e sensorial, busca integrar elementos naturais ao ambiente construído, promovendo conforto emocional e desenvolvimento infantil, incorporando estratégias de eficiência energética e uso responsável de recursos naturais, alinhando-se aos princípios da arquitetura sustentável.

4.3 Programa de necessidades

O programa de necessidades (Quadro 01) da proposta foi desenvolvido para atender com qualidade e sensibilidade até 15 crianças em situação de vulnerabilidade, em uma unidade de acolhimento única, com ambientes que priorizam o conforto, o cuidado e o desenvolvimento integral. A estrutura residencial contempla dormitórios compartilhados, integrados a espaços como estar/jantar, cozinha e lavanderia, simulando um ambiente doméstico seguro e acolhedor, essencial para promover o senso de pertencimento e estabilidade emocional.

As áreas comuns foram projetadas para estimular o convívio social e o bem-estar, com a inclusão de ambientes como brinquedoteca, sala pedagógica, sala sensorial e espaço de convivência. Esses espaços funcionam como suporte ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças, proporcionando oportunidades para brincadeiras, aprendizado e expressão.

Externamente, o projeto prevê pátios arborizados, horta pedagógica e playground, promovendo o contato com a natureza e o estímulo sensorial, em alinhamento com os princípios da arquitetura biofílica. A infraestrutura também contempla vagas para veículos, bicicletário e circulações cobertas, garantindo acessibilidade, mobilidade e segurança.

A área administrativa inclui recepção, sala de atendimento social e psicológico e espaços de apoio à equipe técnica, assegurando o funcionamento adequado da unidade e a oferta contínua de suporte profissional às crianças acolhidas. Assim, a iniciativa oferece mais do que um simples espaço físico, criando um ambiente acolhedor, educativo e voltado para o cuidado humano, que reconhece a importância da infância e fortalece os laços sociais e comunitários no contexto urbano de Cafelândia.

Quadro 01: Estimativa de metragem para ambientes

SETOR/AMBIENTE	METRAGEM APROXIMADA (m²)
UNIDADE DE ACOLHIMENTO (RESIDENCIAL)	
Estar/ Jantar integrados	20 m²
Cozinha	10 m²
Circulação interna	8 m²
Quarto 01 (4 crianças)	12 m²
Quarto 02 (4 crianças)	12 m²
Quarto 03 (4 crianças)	12 m²
Quarto 04 (3 crianças)	10 m²
Banheiros (2)	8 m²
APOIO EDUCACIONAL E LÚDICO	
Sala de apoio pedagógico	30 m²
Brinquedoteca/ espaço lúdico	40 m²
Sala sensorial/ terapêutica	30 m²
Sala de convivência/ TV e leitura	25m²
Refeitório infantil	30 m²
ÁREA ADMINISTRATIVA E DE APOIO TÉCNICO	
Recepção / Portaria	15 m²
Secretaria / Administração	20 m²
Sala de atendimento psicológico	15 m²
Sala de atendimento social	15 m²
Sala da equipe técnica (multiuso)	20 m²
Copa e sanitários da equipe	15 m²
Lavanderia geral	10 m²
Almoxarifado / depósito	10 m²
Área técnica / manutenção	10 m²
ÁREAS EXTERNAS / LAZER / INFRAESTRUTURA	
Pátio central	150 m²
Playground	80 m²
Horta sensorial e pedagógica	80 m²
Jardim interno / paisagismo	60 m²
Caminho sensorial	30 m²
Bicicletário	20 m²
Vagas de estacionamento (6 a 8)	100 m²
Circulações externas cobertas	80 m²

4.4 Estratégias sustentáveis

A proposta adota diretrizes projetuais que privilegiam o conforto ambiental e a eficiência energética. Entre as estratégias aplicadas, destacam-se a ventilação cruzada e o correto posicionamento da edificação em relação ao sol, otimizando a circulação do ar e a entrada de luz natural nos ambientes internos. Essa estratégia diminui a dependência de sistemas de climatização artificial e utiliza a luz natural durante o dia, ajudando na conservação de energia.

Como medida adicional de sustentabilidade, prevê-se o uso de materiais de baixo impacto ambiental e com bom desempenho térmico, colaborando para a manutenção de temperaturas agradáveis no interior da edificação. A implantação do projeto também respeita os recuos legais e a taxa mínima de permeabilidade do solo, garantindo uma ocupação harmônica do terreno e promovendo uma relação equilibrada com o ambiente urbano e natural ao redor.

4.5 Acessibilidade e mobilidade

O projeto será desenvolvido com foco na acessibilidade universal, garantindo a circulação plena de todas as pessoas por meio de rotas contínuas e desobstruídas, além da inclusão de rampas, corrimãos e unidades com adaptações específicas. A escolha do local também considerou a facilidade de acesso ao transporte coletivo e a proximidade com o comércio local, favorecendo o deslocamento a pé ou por bicicleta e promovendo a mobilidade urbana sustentável, com menor dependência de veículos motorizados.

4.6 Conceito e partido arquitetônico

A proposta de um espaço de acolhimento infantil nasce do entendimento de que acolher é mais do que abrigar — é oferecer condições reais de cuidado, pertencimento e desenvolvimento. Em um contexto de vulnerabilidade social e fragilidade familiar, a arquitetura assume um papel essencial como agente de transformação e suporte emocional. O projeto parte da premissa de que o ambiente em que a criança vive interfere diretamente em sua formação, identidade e bem-estar. Mais do que um espaço físico, a proposta busca criar um lar temporário que seja ao mesmo tempo seguro, afetoso e estimulante. Jardins, caminhos sensoriais, espaços lúdicos e ambientes de convivência foram pensados para promover a interação, a autonomia e o cuidado integral com cada

criança. A organização do espaço valoriza a convivência, o acolhimento familiar e o suporte socioemocional, promovendo uma estrutura que une funcionalidade, conforto e afeto.

Essa proposta entende o acolhimento como um processo de reconstrução delicado, em que cada detalhe da arquitetura pode representar segurança, esperança e dignidade. Ao converter o ambiente construído em um recurso de suporte e inclusão, o projeto destaca o papel social da arquitetura como meio de cura, desenvolvimento, crescimento e recomeço.

Figura 06: Diagrama do partido arquitetônico



Fonte: Autor

4.7 Estrutura

A solução estrutural adotada na presente proposta tem como premissa a racionalização dos processos construtivos, com foco em alternativas que conciliem baixo custo, execução simplificada

e compatibilidade com a realidade das obras públicas, especialmente aquelas voltadas ao atendimento de demandas sociais. Optou-se pelo uso da alvenaria convencional, por se tratar de um sistema amplamente difundido, de fácil execução e com mão de obra disponível localmente, o que reduz custos e facilita o gerenciamento da obra. Além disso, a alvenaria convencional permite maior flexibilidade durante a construção, especialmente em casos de adaptações ou ampliações futuras.

4.8 Fluxograma

O fluxograma do projeto de um espaço de acolhimento infantil (Figura 06) foi desenvolvido com foco em uma disposição funcional dos ambientes, visando assegurar o conforto, estimular a convivência coletiva e facilitar o acesso a serviços e atividades essenciais no dia a dia.

O acesso principal ao espaço de acolhimento infantil ocorre pela recepção/portaria, que atua como ponto de entrada, controle e acolhimento inicial. A partir desse ponto, os usuários são conduzidos diretamente ao pátio central — elemento estruturador do projeto — que organiza os fluxos internos e conecta os dois blocos principais da edificação. Este pátio funciona não apenas como área de recreação e encontro, mas também como eixo de articulação entre os ambientes, promovendo integração e contato com o verde.

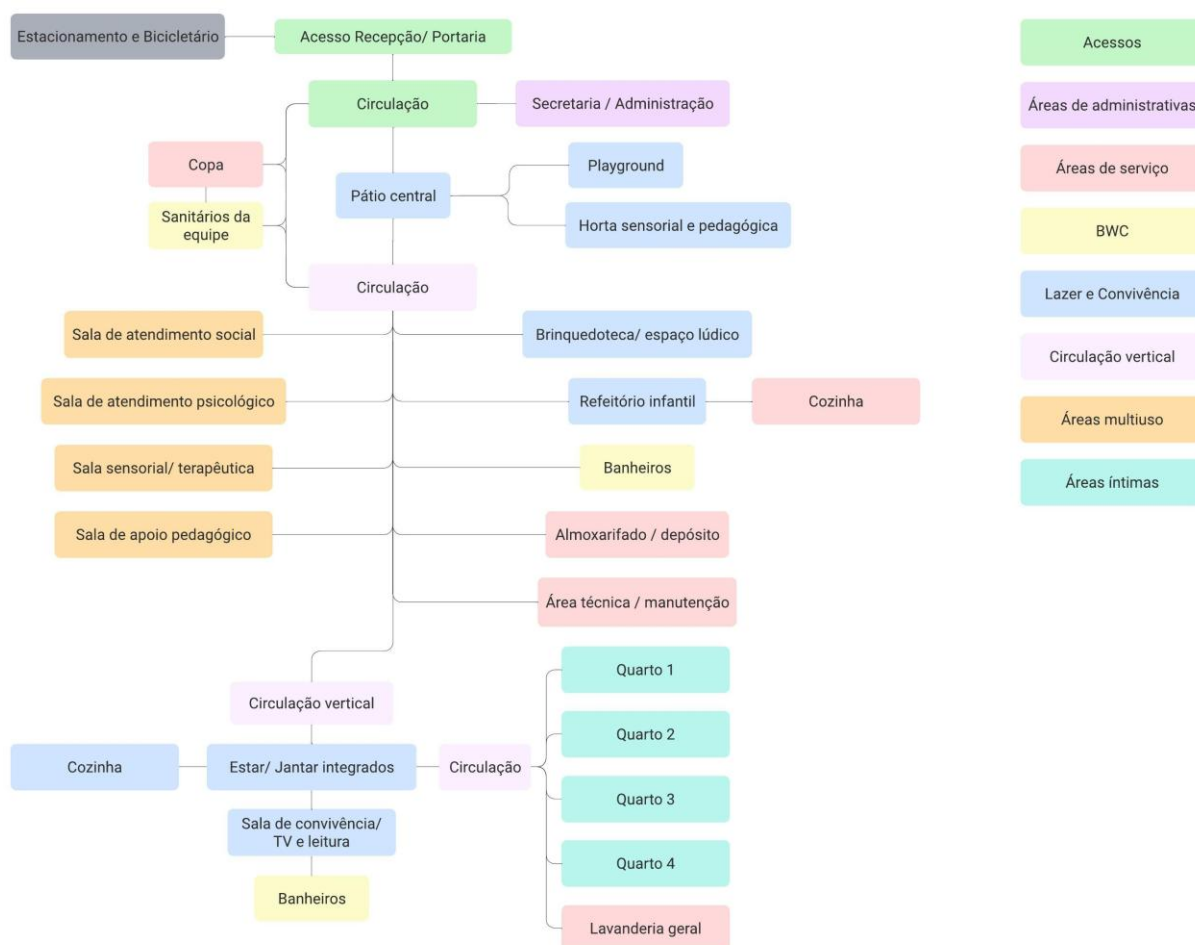
Do pátio central, partem circulações que conduzem a todos os setores funcionais do projeto. À direita, o fluxo direciona para os ambientes institucionais e de uso coletivo: recepção comunitária, sala de atendimento, sala multiuso, sala cultural, sala de dança e área técnica. Esses espaços foram dispostos de maneira a facilitar o acesso tanto para as crianças quanto para os profissionais, promovendo dinâmicas de grupo, atividades educativas e suporte psicossocial.

À esquerda do pátio, a circulação leva ao setor residencial, onde estão as unidades habitacionais destinadas ao acolhimento das crianças. O setor residencial é acessado por um corredor principal e é composto por varanda, estar/jantar, cozinha, lavanderia, dormitórios (com duas a três camas por quarto) e banheiros. A organização interna dessas unidades foi pensada para garantir funcionalidade, conforto e segurança, considerando a rotina das crianças e o trabalho das equipes responsáveis.

Já os espaços externos, como playground, quadra poliesportiva e horta comunitária, possuem acessos independentes a partir do pátio central e das circulações laterais, permitindo que sejam utilizados de forma livre e segura, sem interferir nos fluxos internos. O bicicletário e as vagas de garagem também estão posicionados próximos ao acesso principal, otimizando o fluxo de entrada e saída de funcionários e visitantes.

Esse arranjo em torno do pátio central facilita a leitura espacial do conjunto e promove um fluxo funcional, fluido e seguro, favorecendo a convivência, o bem-estar e a autonomia das crianças acolhidas.

Figura 07: Fluxograma



Fonte: Autor

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso evidenciou o papel essencial da arquitetura como instrumento de transformação social, especialmente quando voltada ao cuidado e acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade. A proposta de um espaço de acolhimento

infantil no município de Cafelândia-PR busca atender a uma demanda crescente gerada por mudanças demográficas e sociais, oferecendo não apenas abrigo, mas um ambiente que promova o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças.

Ao integrar os princípios da arquitetura biofílica e sensorial com diretrizes urbanísticas, funcionais e pedagógicas, o projeto apresentado visa proporcionar um espaço seguro, afetivo e estimulante, que respeite a individualidade das crianças e fortaleça seus vínculos com a comunidade. A integração de diferentes áreas do conhecimento — como história, metodologia, urbanismo e tecnologia — permitiu o desenvolvimento de uma proposta arquitetônica abrangente, sensível e alinhada com o contexto local.

Conclui-se, portanto, que a criação de espaços de acolhimento bem planejados, humanizados e integrados ao contexto urbano pode representar um avanço significativo na forma como a sociedade lida com a infância vulnerável. Este trabalho pretende contribuir para a valorização da infância como prioridade social e reforçar a importância do projeto arquitetônico como ferramenta ativa de inclusão, acolhimento e desenvolvimento humano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; SILVA, Enid Rocha Andrade da. Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em:
[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4571/1/bps_n.11_ENSAIO3_abrigos.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4571/1/bps_n.11_ENSAIO3_abrigos.pdf). Acesso em: 31 mar. 2025.
2. ARCHDAILY. Blairgowrie 2 / InForm. ArchDaily, 21 mar. 2015. Disponível em:
<https://www.archdaily.com/613888/blairgowrie-2-inform>. Acesso em: 22 maio 2025.
3. ARCHDAILY. Centro de Desenvolvimento Infantil Cuna de Campeones / Espacio Colectivo Arquitectos. ArchDaily, 25 out. 2022. Disponível em:
<https://www.archdaily.com.br/br/991104/centro-de-desenvolvimento-infantil-cuna-de-campeones-espacio-colectivo-arquitectos>.

- de-desenvolvimento-infantil-cuna-de-campeones-espacio-colectivo-arquitectos). Acesso em: 22 maio 2025.
4. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em:
[http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 31 mar. 2025.
 5. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: MDS, 2009. Disponível em:
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia/_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf). Acesso em: 31 mar. 2025.
 6. CAFELÂNDIA. Lei Complementar nº 1.643, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano e rural do Município de Cafelândia, Estado do Paraná. Disponível em:
[https://cafelandia.pr.gov.br/index.php?id=2229481&novo_cliente=45&sessao=b054603368vzb0](https://cafelandia.pr.gov.br/index.php?id=2229481&novo_cliente=45&sessao=b054603368vzb0). Acesso em: 26 maio 2025.
 7. ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS. Centro de Desenvolvimento Infantil Cuna de Campeones / Espacio Colectivo Arquitectos. ArchDaily Brasil, 30 jan. 2023. Disponível em:
<https://www.archdaily.com.br/br/993906/centro-de-desenvolvimento-infantil-cuna-de-campeones-espacio-colectivo-arquitectos>. Acesso em: 21 maio 2025.
 8. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 9. GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos à misericórdia: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/trabalhos-de-conclusao-e-monografia/expostos-misericordia-um-estudo-sobre-o-abandono-de-criancas-no>. Acesso em: 31 mar. 2025.

10. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cafelândia – Panorama. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/cafelandia.html>. Acesso em: 26 maio 2025.
11. INFORM DESIGN. Blairgowrie 2. \[S.l.]: InForm, \[s.d.]. Disponível em: <https://informdesign.com.au/project/blairgowrie-2/>. Acesso em: 22 maio 2025.
12. MORAES, Ricardo. Pesquisa bibliográfica: fundamentos e práticas. São Paulo: Atlas, 2003.
13. NERD PROFESSOR. Mapas do Paraná. Disponível em: <https://nerdprofessor.com.br/mapas-do-parana/>. Acesso em: 23 maio 2025.
14. PUC CAMPINAS. Criar o urbanismo: uma contribuição da infância para a cidade. 2019. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/download/5285/8082/38696>. Acesso em: 31 mar. 2025.
15. RICHER ARCHITECTES. Escola Infantil e Centro de Lazer Elsa Triolet / Richter Architectes. ArchDaily Brasil, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1025915/escola-infantil-e-centro-de-lazer-elsa-triolet-richter-architects>. Acesso em: 21 maio 2025.
16. RODRIGUES, Luciana Maria Martins. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/psoc/a/7DFRR36knkT9V7CfT3W6r5f/?utm_source=chatgpt.com](https://www.scielo.br/j/psoc/a/7DFRR36knkT9V7CfT3W6r5f/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 31 mar. 2025.
17. WEATHER SPARK. Clima característico em Cafelândia – PR. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/29947/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Cafel%C3%A2ndia-Paran%C3%A1-Brasil-durante-o-ano>. Acesso em: 26 maio 2025..